

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.675.486 - RS (2017/0128345-4)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : MUNICIPIO DE CAÇADOR**  
**ADVOGADO : GIANNI LUCIO PARIZOTTO E OUTRO(S) - SC021069**

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pela FAZENDA NACIONAL com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fls. 204-205):

FGTS. MUNICÍPIO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEI MUNICIPAL. VIOLAÇÃO AO INCISO IX DO ART. 37 DA CF. NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE INTERESSE PÚBLICO EXCEPCIONAL NÃO CARACTERIZADA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES BUROCRÁTICAS PERMANENTES E ORDINÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. BURLA A REGRA DE ADMISSÃO DE SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO. IRRELEVÂNCIA QUANTO À NATUREZA DO VÍNCULO. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA E DOS VALORES SOCIAIS DO TRABALHO. NULIDADE DO CONTRATO RECONHECIDA PELA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO. DIREITO AO FGTS. ART. 19-A DA LEI Nº 8.036/1990.

1. É assente na jurisprudência do STF que a regra é a admissão de servidor público mediante concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF, permitindo-se duas exceções: os cargos em comissão referidos na parte final do inciso II do art. 37 e a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da lei, conforme o inciso IX do art. 37 (ADI 3210). Nessa última hipótese, a Constituição estabelece as condições que devem ser atendidas: a) previsão em lei dos casos; b) tempo determinado; c) necessidade temporária de interesse público excepcional.

2. Também é firme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação de pessoal para saúde, educação, assistência jurídica e serviços técnicos não se enquadra na hipótese constitucional de necessidade temporária de excepcional interesse público, que autorizaria a admissão por meio de processo seletivo simplificado, com a dispensa de concurso público (ADI 3116, ADI 2987, ADI 1500).

3. A Lei Municipal prevê a contratação de servidores para o exercício de funções burocráticas permanentes e ordinárias da administração pública, típicas dos cargos e empregos públicos: provimento de vaga de professor, quando for confirmada a quantidade insuficiente de professores para o atendimento normal das aulas; provimento de vaga em serviços essenciais da comunidade, nos setores de saúde pública e limpeza pública.

4. A descaracterização da contratação temporária configura burla a regra de admissão do servidor mediante concurso público, também violando o

inciso II e o § 2º do art. 37 da CF.

5. O cerne da questão não diz respeito à natureza do vínculo, se administrativo ou trabalhista, mas sim aos direitos fundamentais do respeito à dignidade humana e dos valores sociais do trabalho, consagrados pelo art. 1º da Constituição.

6. Aplica-se, em relação ao FGTS, o disposto no art. 19-A da Lei nº 8.036/1990, incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001, que reconhece o direito ao FGTS ao trabalhador cujo contrato tenha sido declarado nulo, nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da CF, quando mantido o direito ao salário. Precedentes do STF e do STJ.

7. A constitucionalidade do art. 19-A da Lei nº 8.036/1990 foi reconhecida pelo Pleno do STF, em regime de repercussão geral, no RE nº 596.478/RR. O dispositivo pode ser aplicado a contratos anteriores à edição da MP nº 2.164-41/2001, conforme a decisão dos embargos declaratórios no RE.

8. Conquanto a invalidade da contratação temporária não tenha sido reconhecida em causa instaurada entre o Poder Público Municipal e seus servidores, a fiscalização do trabalho está investida do poder de polícia inerente à administração pública, conferido nos termos do art. 23 da Lei nº 8.036/1990, que lhe atribui a competência para verificar a observância do cumprimento da legislação do FGTS, por parte de empregadores ou tomadores de serviços, inclusive na situação prevista no art. 19-A da Lei nº 8.036/1990.

9. A questão foi dirimida pela Primeira Seção desta Corte, nos Embargos Infringentes nº 5008566-85.2012.404.7208, Primeira Seção, Relator p/ Acórdão Joel Ilan Paciornik, juntado aos autos em 06/08/2015.

Embargos infringentes foram interpostos pelo MUNICÍPIO DE CAÇADOR e providos, nos termos da ementa abaixo (fl. 277):

FGTS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. MUNICÍPIO. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO. ART. 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

É indevida a exigência de FGTS e contribuições sociais do município que contrata pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, quando observadas as hipóteses e situações especificadas em lei municipal.

Diante disso, a FAZENDA NACIONAL opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados à fl. 305.

Após, a FAZENDA NACIONAL, novamente, opôs embargos de declaração, que foram igualmente, rejeitados à fl. 338.

O recorrente alega violação do artigo 1.022 do CPC, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito da questão relativa ao regime de contratação dos trabalhadores temporários, que por força de lei municipal seria o da CLT e que "se a lei municipal prevê que a contratação temporária deve observar o regime celetista, a contratação na forma estatutária é nula e, portanto, hígido o auto de infração." (fl. 351)

Contrarrazões às fls. 357-360.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 363.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de

# *Superior Tribunal de Justiça*

forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No caso dos autos, evidencia-se que a Corte de origem assim se manifestou, à fl. 336, no voto dos segundos aclaratórios, a respeito da alegada omissão (grifo acrescido):

Por outro lado, o auto de infração constitui ato administrativo, cujos elementos constitutivos, segundo a doutrina e a jurisprudência, são classificados em 'sujeito' (competente), 'objeto', 'forma', 'motivo' e 'finalidade'. O elemento 'motivo' é, grosso modo, a situação de fato e de direito que leva a Administração a praticar o ato administrativo.

No caso dos autos, O MOTIVO que levou a fiscalização do trabalho a efetuar o lançamento dos valores atinentes ao FGTS foi a suposta nulidade das contratações temporárias, que decorreria de o município ter efetuado tais contratações sem prévio concurso público, para a realização de 'atividades típicas e permanentes da administração pública municipal, tais como professores, administrativos, agentes da saúde etc.' (evento nº 1, 'PROCADM4', pg. 5). Esse motivo, que levou a fiscalização do trabalho a efetuar o lançamento de FGTS, foi considerado inválido, ao entendimento de que 'não há ilicitude na contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, ainda que para o exercício de funções públicas típicas e permanentes, quando observada a Constituição Federal (art. 37, IX) e a legislação municipal que estabelece os casos e condições de tais contratações'; que 'a validade da contratação de pessoal por prazo determinado é autorizada pela Constituição aos entes federados (União, Estados, Distrito Federal, Municípios), cabendo-lhes apenas estabelecer, em lei própria, os casos em que será feita essa contratação, a qual, nos dizeres do texto constitucional, se faz 'para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público' (CF, art. 37, IX)'; que 'o Município de Caçador/SC, ao tempo fiscalizado, possuía lei própria disciplinando e autorizando as contratações temporárias para atender a necessidade de excepcional interesse público, dentro da sua competência conferida pela Constituição (art. 30, I c/c art. 61, § 1º, II, 'c'), qual seja, a Lei Ordinária Municipal nº 398, de 1990, que - até a sua revogação pela Lei Complementar Municipal nº 163, de 2010 - disciplinou a contratação de empregados por tempo determinado'; e que 'a fiscalização do trabalho não apurou que as contratações temporárias tenham sido feitas em desacordo com as referidas leis municipais, limitando-se a afirmar que nem sequer poderiam ter sido feitas, a pretexto de que serviriam a funções típicas e permanentes do Município, e que por isso necessitariam de prévio concurso público'. **Ora, sendo inválido o motivo, é inválido também o ato administrativo, e por essa razão foi declarada a nulidade do auto de infração, não havendo contradição entre a fundamentação e as conclusões do acórdão embargado.**

**Acresce que é despropositada a pretensão da embargante, de que se reconheça a validade do auto de infração quanto aos valores de FGTS atinentes ao período de 1997 em diante, a pretexto de que 'o regime de contratação era o da CLT', porque isso equivaleria ao Poder Judiciário modificar o motivo do ato administrativo para torná-lo válido, o que é de todo descabido. Cabe à própria autoridade fiscal, se for o caso, lavrar outro auto de infração, desta feita por motivo válido.**

Desnecessário, portanto, qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, pelo que se afasta a ofensa ao artigo ou 1.022 do CPC/2015.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

